

Construindo diálogos e provocações: contribuições teóricas e políticas sobre saúde mental, racismo e violência

Building dialogues and provocations: theoretical and political contributions on mental health, racism, and violence

Rachel Gouveia Passos* 

Um filósofo contemporâneo, felizmente não psiquiatra, enunciou uma frase que acredito ter para nós certo interesse: ‘se você quiser se aprofundar na estrutura de determinado país, é preciso visitar seus hospitais psiquiátricos’ (FANON, 2020, p. 261).

Esse ano completamos 20 anos de estudos, pesquisas, trabalho profissional e militância no campo da saúde mental e atenção psicossocial. Isto significa que, até aqui, toda a trajetória acadêmica, desde a graduação até o segundo pós-doutorado, sempre esteve imersa no referido campo. O interessante é que grande parte dos estudantes, pesquisadores e profissionais pressupõem imediatamente que tenho formação em psicologia ou em alguma das abordagens dos saberes “psis”, gerando surpresa quando digo que sou assistente social.

Tal questão nos auxilia no caminho da apresentação de uma certa concepção de saúde mental e atenção psicossocial que vem sendo construída e que procura produzir provocações e inquietações. Apesar do diálogo com a psicologia social, a psicologia da libertação e a abordagem sócio-histórica, é preciso destacar que são os núcleos de formação em serviço social (Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho Profissional) que guiam o pensamento da pesquisadora, ou melhor, inquietadora.

Nesse caminho, é preciso destacar que partimos do materialismo histórico-dialético e dos substratos da Teoria Social de Marx para desenvolvermos as análises sobre o campo da saúde mental e atenção psicossocial. Cabe sinalizar que o método dialético se propõe a conhecer o objeto – sua dinâmica e estrutura – na sua existência real e efetiva. “A teoria é, para Marx, *a reprodução ideal do movimento real*

RESENHA EM DEBATE

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.84200>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ. Brasil.
E-mail: rachel.gouveia@gmail.com.

COMO CITAR: PASSOS, R. G. Construindo diálogos e provocações: contribuições teóricas e políticas sobre saúde mental, racismo e violência *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 258-262, maio/ago, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.84200>

Recebido em 04 de março de 2024.

Aprovado para publicação em 15 de março de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (Netto, 2011, p. 20-21 — grifo do autor).

O método dialético privilegia a historicidade, a totalidade e as contradições que compõem a própria realidade. Nesse sentido, a realidade deve ser compreendida a partir da totalidade concreta, na qual o pesquisador deve ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica, buscando a essência do objeto. Capturar as estruturas e dinâmicas do objeto, por “meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano de pensamento; mediante a pesquisa viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (Netto, 2011, p. 22).

O método dialético é um conhecimento concreto da realidade que possibilita localizar uma série de determinações do objeto, apesar de não pretender apreender todas as determinações que envolvem a realidade nos seus mais diversos aspectos. É de suma importância identificar o fenômeno social como um fato histórico e que pertence a um todo articulado com inúmeras relações, fatos e processos que sustentam a sua própria criação, estrutura e gênese. Portanto, as “determinações mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidade – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (Netto, 2011, p. 45).

Fundamentada nesse referencial, delimitamos o objeto de estudo e pesquisa, desenvolvida no pós-doutoramento em direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que teve como fruto o livro *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. Nesta publicação ampliamos o escopo teórico-conceitual a partir do diálogo com autores do direito, da filosofia e da psicologia, o que auxiliou na construção de reflexões outrora não realizadas. Buscou-se identificar os impactos da violência armada na saúde mental das mães de vítimas de violência de Estado.

Na resenha *Mulheres negras, violência e saúde mental*, publicada na edição anterior a esta, de nº 54, a autora apresenta questões sobre o livro que merecem considerações e aqui a abertura do diálogo. Dessa forma, dividimos em três blocos as questões que iremos pinçar, devido a limitação do número de páginas: a) concepção de saúde mental; b) estado permanente de guerra; c) racismo e capitalismo. Dessa maneira, esperamos sanar algumas das dúvidas sobre o pensamento que está em desenvolvimento.

Ao abrir o presente texto e sinalizar que as pessoas pressupõem que tenho formação em psicologia, procuro demonstrar que há uma certa compreensão hegemônica de que saúde mental é restrita aos saberes “psis” (psicologia, psiquiatria e psicanálise). Por exemplo, no texto de Nogueira (2024) identificamos pelo menos dois momentos em que se entende dessa forma: 1) “um assunto ainda pouco abordado cientificamente e de fundamental relevância social: *o sofrimento e o adoecimento psicológico* causados pelo longo ciclo

de violência” (p. 220 — grifos nossos); 2); “Os *transtornos relacionados à saúde mental* atingem cada vez mais pessoas no mundo e são resultantes de um sistema que existe para explorar e oprimir” (p. 224 — grifos nossos).

Primeiramente destacamos que existem diversas concepções de saúde mental que estão em disputa. A pandemia de COVID-19 ampliou uma certa preocupação das pessoas, do mercado, dos pesquisadores e das instituições acerca do tema saúde mental. Inclusive, tivemos o aumento do consumo de psicotrópicos neste período e ainda repercute diretamente no campo da saúde mental e atenção psicossocial. Dessa maneira, sinalizo que as noções de saúde mental representam projetos de sociedade, ou seja, o aumento da expropriação de direitos impacta diretamente nos contornos do sofrimento psicossocial. Porém, diferentemente de Nogueira (2024), que parte de uma noção de saúde mental reduzida às patologias e que as mesmas são resultantes de um sistema que explora e oprime, considero que a relação intrínseca entre sofrer e existir são modelados a partir do desenvolvimento produtivo em suas diferentes fases. Isto significa que a produção do sofrimento e adoecimento psicossocial se modificou nas diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo, tendo como fruto a psiquiatrização, patologização, medicalização e farmacologização da vida.

Contudo, é preciso recuperar Fanon (2005, p. 287) quando o autor assinala: “a verdade é que a colonização, na sua essência, já se apresentava como uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos”. A reflexão do autor nos fornece pistas para compreendermos as particularidades da lógica manicomial – a violência, a internação, a centralidade do poder e saber médico, o isolamento, o hospital psiquiátrico —, nos Estados Nacionais que foram marcados pela colonização. E aqui podemos, inclusive, retomar a formação social brasileira a partir de uma compressão interseccional entre raça, gênero e classe, destacando a produção do sofrimento e adoecimento psicossocial nas diferentes épocas. Portanto, é urgente a ampliação da noção de saúde mental, já que esta é uma questão que compõe a totalidade da vida social e não um problema específico do sujeito e dos especialistas e, sim, de toda a sociedade.

E em terceiro, apontar que o cuidado em saúde mental não se limita à avaliação psicológica – restrita ao profissional de psicologia, mas uma construção coletiva de estratégias multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial. Tal compreensão reduz a uma profissão o papel de “curar” e/ou ajustar os “considerados doentes mentais” para a reprodução da ordem vigente, desconsiderando a relação dialética entre o universal, o particular e o singular, e as contradições da sociedade, o que acaba reproduzindo uma leitura positivista do cuidado em saúde mental.

No que diz respeito a noção de “estado permanente de guerra” que está em desenvolvimento e encontra-se no livro *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*, ela emerge do diálogo com diferentes autores, dentre eles Achille Mbembe. A no-

ção de guerra colonial aqui é acionada para compreender os contornos da universalidade branca instituídas pelo colonialismo e que compõe as bases do capitalismo. Ao expor essa linha de compreensão que envolve violência, sofrimento psicossocial e mulheres negras, trazemos para a cena um determinado posicionamento teórico sobre a relação racismo e capitalismo, e que não é a mesma realizada por Mbembe.

Dessa maneira, é preciso sinalizar sobre a importância do diálogo com diferentes autores para melhor compreensão e análise da totalidade do fenômeno. Além disso, temos uma enorme armadilha que trata da negação da pluralidade do pensamento e das diferenças nos marxismos, levando a um suposto “purismo” do método. Para Nogueira (2024), a noção de estado permanente de guerra desenvolvida é associada imediatamente ao pensamento de Foucault – sem mediações, já que Achille Mbembe parte da noção de biopolítica para desenvolver o conceito de necropolítica, que inclusive não é utilizada no livro. A falta de argumentação teórico-conceitual leva a reprodução de um discurso acrítico de enquadramento que despotencializa o debate que deve ser sério e rígido, e para isso é preciso respeitar as diferenças, inclusive no interior dos marxismos.

Para a autora, o argumento para a crítica é o seguinte: “o que norteia as necessidades de acumulação capitalista não é, por si mesma, a ‘aniquilação da população negra’, mas sim a tentativa de que negros e pobres continuem compondo a força de trabalho mais barata, precarizada e atomizada” (Nogueira, 2024, p. 223). É preciso explicitar que temos dois grandes debates sobre racismo e capitalismo que atravessam, inclusive, o Serviço Social brasileiro: 1º) o racismo como particularidade da realidade dos Estados Nacionais; 2º) o racismo como componente estrutural e estruturante do capitalismo, que ganha contornos particularidades nos diferentes Estados Nacionais. A ausência de diferenciação dessas perspectivas e, também, da homogeneização do debate sobre as relações étnico-raciais, é uma grande armadilha produzida pelo racismo. Torna-se tarefa urgente a produção teórica-conceitual que traduza as diferenças e os diferentes pensamentos sobre questão racial, racismo e suas manifestações.

Assim, compreendemos que o racismo é constitutivo do capitalismo, ganhando contornos particulares nos Estados Nacionais e sofrendo modificações e novas modulações nas diferentes fases do capitalismo contemporâneo. As mortes daqueles que se encontram na mira do fuzil são marcadas pela racialização instituída pela hierarquização da humanidade, ou seja, para o desenvolvimento das forças produtivas é necessário o aniquilamento físico e subjetivo dos “condenados da terra”, o que retroalimenta o capital. Inclusive, criando saberes, práticas e instituições que não só exploram a força de trabalho, mas subjugam as vidas a partir da racialização da existência.

Por fim, o antirracismo é intrínseco à luta contra o capitalismo, assim como o feminismo, e não podem ser vistos como apêndice. Isto implica na construção das estratégias

e táticas pautadas em uma perspectiva crítica e de transformação que compreenda que existir, sofrer e morrer não são iguais para os sujeitos. Portanto, o estado permanente de guerra objetiva a destruição das pessoas negras, o que significa que nem toda dor pode/deve virar luta, exigindo saídas que potencializem a vida e não a morte como única possibilidade, apontando radicalmente para a revolução.

Referências

FANON, F. *Alienação e Liberdade*. São Paulo: Editora UBU, 2020.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 3ª reimpressão, 2005.

NETTO, J.P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, A. C. B. Mulheres negras, violência e saúde mental. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, pp. 220-225, jan./abr. 2024. Resenha da obra: PASSOS, R. G. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.80436>.

PASSOS, R.G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.